



Março/2015



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Gramática e Interpretação de Texto da Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

Conselhos ao candidato

Certa vez um enamorado da Academia, homem ilustre e aliás perfeitamente digno de pertencer a ela, escreveu-me sondando-me sobre as suas possibilidades como candidato. Não pude deixar de sentir o bem conhecido calefrio aquerônico, porque então éramos quarenta na Casa de Machado de Assis e falar de candidatura aos acadêmicos sem que haja vaga é um pouco desejar secretamente a morte de um deles. O consultado poderá dizer consigo que “praga de urubu não mata cavalo”. Mas, que diabo, sempre impressiona. Não impressionou ao conde Afonso Celso, de quem contam que respondeu assim a um sujeito que lhe foi pedir o voto para uma futura vaga:

– Não posso empenhar a minha palavra. Primeiro porque o voto é secreto; segundo porque não há vaga; terceiro porque a futura vaga pode ser a minha, o que me poria na posição de não poder cumprir com a minha palavra, coisa a que jamais faltei em minha vida.

Se eu tivesse alguma autoridade para dar conselhos ao meu eminente patrício, dir-lhe-ia que o primeiro dever de um candidato é não temer a derrota, não encará-la como uma capitis diminutio, não enfezar com ela. Porque muitos dos que se sentam hoje nas poltronas azuis do Trianon, lá entraram a duras penas, depois de uma ou duas derrotas. Afinal a entrada para a Academia depende muito da oportunidade e de uma coisa bastante indefinível que se chama “ambiente”. Fulano? Não tem ambiente. [...]

Sempre ponderei aos medrosos ou despeitados da derrota que é preciso considerar a Academia com certo senso de humour. Não tomá-la como o mais alto sodalício intelectual do país. Sobretudo nunca se servir da palavra “sodalício”, a que muitos acadêmicos são alérgicos. Em mim, por exemplo, provoca sempre urticária.

No mais, é desconfiar sempre dos acadêmicos que prometem: “Dou-lhe o meu voto e posso arranjar-lhe mais um”. Nenhum acadêmico tem força para arranjar o voto de um colega. Mas vou parar, que não pretendi nesta crônica escrever um manual do perfeito candidato.

(BANDEIRA, Manuel. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993, vol. único, p. 683-684)

***aquerônico** = relativo ou pertencente a Aqueronte, um dos rios do Inferno, atravessado pelos mortos na embarcação conduzida pelo barqueiro Caronte.

***capitis diminutio**: expressão latina de caráter jurídico empregada para designar a diminuição de capacidade legal.

1. No desenvolvimento do texto, o autor deixa transparecer
- (A) incentivo a quem lhe escreve, de consultar outros acadêmicos, dado que se trata de candidato merecedor de pertencer ao grupo.
 - (B) extrema seriedade ao tentar instruir um candidato, com o objetivo de garantir-lhe sucesso na eleição, ainda que não haja vaga para essa pretensão.
 - (C) indecisão sobre se haverá meios eficazes para orientar um candidato, já que o próprio autor é um dos escritores que fazem parte do quadro da Academia.
 - (D) aconselhamento ao candidato que desista de seu intento, com a certeza de que será um perdedor, visto que muitos outros já não conseguiram ser eleitos.
 - (E) tratamento irônico a respeito das pretensões de um candidato a vaga na Academia, pretensão temporânea, pois o quadro está completo.

2. A resposta dada pelo conde Afonso Celso, transcrita no 2º parágrafo, é exemplo de
- (A) uma resposta evasiva, em razão da intempestiva consulta feita pelo candidato.
 - (B) certa incoerência voluntária na sequência de dados oferecidos pelo acadêmico citado.
 - (C) um capcioso jogo de palavras cujo sentido, no entanto, não permite conclusão alguma.
 - (D) um raciocínio completo, com as razões que justificam o posicionamento de quem fala.
 - (E) argumentos que se sucedem, aparentemente, de modo lógico, porém sem resultado objetivo.

3. O consultado poderá dizer consigo que “praga de urubu não mata cavalo”.

Infere-se, a partir da referência ao dito popular, que o autor

- (A) se considera inteiramente livre de quaisquer compromissos relativos à consulta que lhe foi enviada, esquivando-se, também, de tentar conseguir votos para o suposto candidato.
- (B) deseja, secretamente e de antemão, que o candidato não consiga comprovar que tem o mérito necessário para justificar sua pretensão de fazer parte da Academia.
- (C) procura justificar sua isenção quanto ao questionamento do candidato, mesmo pondo de lado o fato de perceber certo mau agouro embutido na consulta que lhe foi enviada.
- (D) busca questionar o mal-estar que sentiu ao receber a consulta do provável candidato, apoiando-se na sabedoria popular, fato que contraria sua formação erudita de acadêmico.
- (E) se vale da sabedoria popular para considerar-se imune a um eventual desejo secreto do candidato de que surja a vaga com a morte de um dos acadêmicos, até mesmo a dele.

4. No **Dicionário Houaiss** encontra-se que **sodalício** é palavra que designa *grupo ou sociedade de pessoas que vivem juntas ou convivem em uma agremiação; confraria*.

Deduz-se corretamente que, segundo o autor, o emprego da palavra reflete

- (A) conhecimento aprofundado, pois se trata de um grupo formado por escritores eruditos.
- (B) pedantismo, tendo em vista tratar-se de termo praticamente desconhecido no uso diário da língua.
- (C) ignorância que, já de início, se torna obstáculo intransponível para a eleição pretendida.
- (D) prepotência, como demonstração de conhecimentos que ultrapassam o dos demais acadêmicos.
- (E) insistência, na tentativa de angariar adeptos para o ingresso no grupo de escritores.



5. *Mas vou parar, que não pretendi nesta crônica escrever um manual do perfeito candidato.*

- Identifica-se, no segmento sublinhado acima,
- (A) noção de causa, que justifica a decisão tomada pelo autor.
 - (B) a consequência de uma ação deliberada anteriormente.
 - (C) ressalva que restringe o sentido da afirmativa anterior.
 - (D) uma finalidade, que reafirma as intenções do autor, expostas no texto.
 - (E) condição, pois o autor conclui não ter conseguido aconselhar o candidato.

6. *Não impressionou ao conde Afonso Celso, de quem contam que respondeu assim a um sujeito ...*

A expressão sublinhada acima preenche corretamente a lacuna existente em:

- (A) Aqueles caberia manifestar apoio aos defensores da causa em discussão ainda não haviam conseguido chegar à tribuna.
- (B) O acadêmico, todos esperavam um vigoroso aparte contrário ao pleito, permaneceu em silêncio na tumultuada sessão.
- (C) Em decisão unânime, os acadêmicos ofereceram dados da agremiação desejasse participar da discussão daquele dia.
- (D) O novo acadêmico demonstrou grande afeição compartilha das mesmas ideias literárias e aborda os mesmos temas.
- (E) O discurso de recepção do novo integrante do grupo deveria ser pronunciado apresentasse maior afinidade entre ambos.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 9.

[...] *ser independente significa bem mais do que ser livre para viver como se quer: significa, basicamente, viver com valores que façam a vida ser digna de ser vivida. Não basta um estado de espírito. Não basta, como diz o samba, “vestir a camisa amarela e sair por aí”. Tampouco basta sentir-se autônomo, fazendo parte do bando. É preciso algo mais. Ora, um dos valores que vêm sendo retomados pelos filósofos e que cabem como uma luva nessa questão é o da resistência. Na raiz da palavra resistere se encontra um sentido: “ficar de pé”. E ficar de pé implica manter vivas, intactas dentro de si, as forças da lucidez. Essa é uma exigência que se impõe tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz. Sobre tudo nesses últimos, quando costumamos achar que está tudo bem, que está tudo “numa boa”; quando recebemos informações de todos os lados, sem tentar, nem ao menos, analisá-las, e terminamos por engolir qualquer coisa.*

Resistir como forma de ser independente é, talvez, uma maneira de encontrar um significado no mundo. Daí que, para celebrar a independência, vale mesmo é desconstruir o mundo, desnudar suas estruturas, investigar a informação. Fazer isso sem cansaço para depois termos vontade de, novamente, desejá-lo, inventá-lo e construí-lo; de reencontrar o caminho da sensibilidade diante de uma paisagem, ao abrir um livro ou a porta de um museu. Independência, sim, para defendermos a vida, para defendermos valores para ela, para que ela tenha um sentido. Independência de pé, com lucidez e prioridades. Clareza, sim, para não continuarmos a assistir, impotentes, ao espetáculo da própria impotência.

(PRIORE, Mary Del. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013, p. 281)

7. De acordo com o texto, a afirmativa correta é:

- (A) O excesso de informações hoje à nossa disposição, em bons ou em maus momentos, nos propicia elementos para uma vida de liberdade, baseada na independência e na escolha de novos valores e de novos paradigmas que possam resistir às inúmeras mudanças que ocorrem habitualmente.
- (B) Uma independência de atitudes e de valores perante a vida baseia-se, especialmente, no grau de liberdade de escolha que cabe a cada um, de modo a garantir que as informações recebidas se transformem nos fundamentos de uma vida livre e bem vivida.
- (C) A resistência ao acúmulo de informações recebidas aleatoriamente direciona as escolhas feitas durante a vida, pois nem sempre a liberdade se mostra como o caminho mais favorável a ser percorrido, principalmente se forem deixados de lado os valores básicos da existência humana.
- (D) A liberdade de escolha que poderá tornar-nos seres independentes exige lucidez diante da enxurrada de informações que recebemos atualmente, e resistência em prol de valores fundamentais que atribuam significado à existência.
- (E) Uma vida realmente digna de ser vivida deve ter como fundamentos essenciais a ampla liberdade de escolha de valores que se coadunam com as transformações atuais e a independência para afastar obstáculos que possam impedir a realização total de nossos objetivos.

8. *Não basta um estado de espírito. Não basta, como diz o samba, “vestir a camisa amarela e sair por aí”. Tampouco basta sentir-se autônomo, fazendo parte do bando. (1^o parágrafo)*

O sentido do segmento transcrito acima está exposto, de maneira diversa, porém com correção, clareza e fidelidade, em:

Para ser independente, ...

- (A) é preciso ter vontade própria, tomar decisões, como diz a letra da música, ou nem mesmo buscar nas ideias dos outros o mesmo estado de espírito, participando, portanto, do grupo em que se identifica essa sua maneira de ser.
- (B) deve haver correspondência entre a própria maneira de viver, com atitudes baseadas em escolhas marcadamente pessoais, e a experiência de todo o conjunto, ainda que possa considerar-se único, sem imposição de ideias alheias.
- (C) não é suficiente tomar decisões sem a devida deliberação, nem considerar-se capaz de determinar as próprias normas de conduta, sem imposição alheia, se estiver vivendo de acordo com o ideário da maioria.
- (D) não é necessário viver sem rumo, a esmo, como um estado de espírito, se o fato de sentir-se livre de imposições da maioria pudesse mantê-lo inserido no convívio social, apesar de defender as próprias ideias.
- (E) seria importante manter-se segundo as normas de conduta estabelecidas por si mesmo, deliberadas com determinação, compartilhando, porém, das mesmas ideias do grupo em que se encontra inserido.



9. Considere as alterações propostas nas alternativas abaixo para alguns segmentos do texto. Mantém-se a correção gramatical no que consta em:
- (A) *Na raiz da palavra resistere se encontra um sentido ...*
Na raiz da palavra *resistere* se encontra algumas indicações de seu significado ...
- (B) *Não basta um estado de espírito.*
Não basta algumas decisões tomadas nesse sentido.
- (C) *Essa é uma exigência que se impõe tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz.*
Essa é uma das exigências que se impõem tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz.
- (D) *É preciso algo mais.*
Faz-se necessário as mudanças de visão e de atitudes.
- (E) *... para que ela tenha um sentido.*
... para que as metas estabelecidas a cada um tenha um sentido.

10. *O crescimento da vida urbana aumentou a visibilidade das mulheres.*
Hoje elas estão menos obrigadas a se consagrar exclusivamente à vida doméstica.
Hoje as mulheres podem investir numa carreira.
A revolução das comunicações começou com o telefone e prossegue no Facebook.
O Facebook contribuiu para diluir as fronteiras entre o isolamento e a vida social.

As frases isoladas acima compõem um único parágrafo, devidamente pontuado, com clareza e lógica, em:

- (A) A revolução das comunicações começou com o telefone e prossegue no Facebook. Que contribuiu para diluir as fronteiras entre o isolamento e a vida social. E ainda, com o crescimento da vida urbana aumentou a visibilidade das mulheres. Hoje elas estão menos obrigadas a se consagrar exclusivamente à vida doméstica; que podem investir numa carreira.
- (B) Com o crescimento da vida urbana, aumentou-se a visibilidade das mulheres, às quais estão hoje menos obrigadas a se consagrar exclusivamente a vida doméstica, assim como podem investir numa carreira. Para diluir as fronteiras entre o isolamento e a vida social, veio a revolução das comunicações, tendo começado com o telefone e prossegue no Facebook, que contribuiu para esse fato.
- (C) A visibilidade das mulheres, depois do crescimento da vida urbana, hoje estão menos obrigadas a se consagrar exclusivamente à vida doméstica e poder investir numa carreira. Em razão da revolução das comunicações, que começou com o telefone e prossegue no Facebook, o qual contribuiu para diluir as fronteiras entre o isolamento e a vida social.
- (D) Hoje as mulheres estão menos obrigadas a se consagrar exclusivamente à vida doméstica, com o crescimento da vida urbana, que aumentou sua visibilidade, podendo investir numa carreira. E ainda a diluição das fronteiras entre o isolamento e a vida social com a revolução das comunicações que, tendo começado com o telefone, prossegue no Facebook, contribuiu para isso.
- (E) O crescimento da vida urbana aumentou a visibilidade das mulheres, que hoje estão menos obrigadas a se consagrar exclusivamente à vida doméstica, além de poderem investir numa carreira. A revolução das comunicações, que começou com o telefone e prossegue no Facebook, contribuiu para diluir as fronteiras entre o isolamento e a vida social.

Noções de Informática

11. Considere as informações a seguir:
- Requisitos mínimos de sistema I:
Processador de 300MHz; 128MB de RAM; HD com pelo menos 1,5GB disponível; Adaptador de vídeo e monitor super VGA (800 x 600) ou superior.
 - Requisitos mínimos de sistema II:
Processador 32 bits (x86) de 1GHz ou 64 bits (x64) de 1 GHz; 1GB para memória do sistema; HD como pelo menos 15GB disponível; Placa gráfica compatível com Windows Aero.
 - Requisitos mínimos de sistema III:
Processador 32 bits (x86) de 1GHz ou 64 bits (x64) de 1 GHz; 1 GB de RAM (32 bits) ou 2GB de RAM (64 bits); HD com pelo menos 16GB disponível (32 bits) ou 20 GB (64 bits); Dispositivo gráfico DirectX 9 com driver WDDM 1.0 ou superior.

Os sistemas I, II e III possuem, correta e respectivamente, os requisitos mínimos para os sistemas operacionais Windows

- (A) XP Professional – Vista Home Basic – Vista Home Premium.
- (B) Vista Home Basic – XP Home Edition – 7.
- (C) 7 – XP Home Edition – Vista Home Premium.
- (D) XP Professional – Vista Home Premium – 7.
- (E) 7 Home Premium – XP Professional – Vista Home Basic.

12. Um Analista Judiciário está usando uma ferramenta do pacote Microsoft Office 2010 e precisa salvar seu documento em um arquivo em formato PDF. O Analista deve
- (A) buscar na Internet e instalar um aplicativo especial que permite salvar um arquivo do Word 2010 no formato PDF, pois o mesmo não possui este recurso.
- (B) usar ou o OneNote ou o Word, que são as únicas ferramentas do Office 2010 que permitem que documentos possam ser salvos em arquivos em formato PDF.
- (C) clicar na guia “Página Inicial” e em “Salvar como”. Ao surgir a caixa de diálogo “Salvar como”, ele deve clicar no ícone “PDF” e clicar em “OK”. Este procedimento é válido para o Excel 2010 e o OneNote 2010.
- (D) clicar na guia “Página Inicial” e em “Salvar como”. Ao surgir a caixa de diálogo “Salvar como”, ele deve clicar no ícone “PDF” e clicar em “OK”. Este procedimento é válido para o Word 2010 e o PowerPoint 2010.
- (E) clicar na guia “Arquivo” e em “Salvar como”. Escolher o formato PDF no campo “Tipo” da caixa de diálogo “Salvar como” e clicar em “Salvar”. Este procedimento é válido para o Word 2010 e o Excel 2010.



13. Considerando o navegador Internet Explorer e a utilização do correio eletrônico, é INCORRETO afirmar:
- (A) No Internet Explorer 9, ao se digitar apenas um ponto de interrogação na barra para digitar endereços, o histórico é exibido. Para saber qual é a versão do Internet Explorer, basta clicar no botão "Ferramentas" (cujo ícone é uma roda dentada) e clicar em "Sobre o Internet Explorer".
- (B) O Internet Explorer 10 não é compatível com o sistema operacional Windows 7. Esta versão do navegador funciona apenas com o Windows 8 e versões superiores.
- (C) Um *e-mail* é enviado ao servidor de correio eletrônico encarregado do transporte, denominado MTA (*Mail Transport Agent*), até o MTA do destinatário. Na Internet, os MTAs comunicam entre si usando o protocolo SMTP.
- (D) Para receber *e-mails* não é necessário estar conectado à Internet, pois o *e-mail* funciona com provedores. Mesmo com o computador desligado, os *e-mails* são recebidos e armazenados na caixa postal do usuário, localizada no seu provedor.
- (E) Quando um usuário acessa sua caixa postal, pode ler seus *e-mails online* pelo *Webmail* ou fazer o *download* de todas as mensagens para seu computador através de programas de correio eletrônico.

14. O processo de proteção da informação das ameaças caracteriza-se como Segurança da Informação. O resultado de uma gestão de segurança da informação adequada deve oferecer suporte a cinco aspectos principais:
- I. Somente as pessoas autorizadas terão acesso às informações.
- II. As informações serão confiáveis e exatas. Pessoas não autorizadas não podem alterar os dados.
- III. Garante o acesso às informações, sempre que for necessário, por pessoas autorizadas.
- IV. Garante que em um processo de comunicação os remetentes não se passem por terceiros e nem que a mensagem sofra alterações durante o envio.
- V. Garante que as informações foram produzidas respeitando a legislação vigente.
- Os aspectos elencados de I a V correspondem, correta e respectivamente, a:
- (A) integridade – disponibilidade – confidencialidade – autenticidade – legalidade.
- (B) disponibilidade – confidencialidade – integridade – legalidade – autenticidade.
- (C) confidencialidade – integridade – disponibilidade – autenticidade – legalidade.
- (D) autenticidade – integridade – disponibilidade – legalidade – confidencialidade.
- (E) autenticidade – confidencialidade – integridade – disponibilidade – legalidade.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

15. Dentre os direitos previstos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, Autarquias e das Fundações Públicas Federais está o gozo de licenças. É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período de licença
- (A) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- (B) por motivo de doença em pessoa da família.
- (C) para atividade política.
- (D) para tratar de interesses particulares.
- (E) para capacitação.

16. Nos termos previstos na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é regra atinente à delegação que
- (A) a edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (B) o ato de delegação é irrevogável.
- (C) o ato de delegação e o de sua revogação devem ser publicados em meio oficial.
- (D) as decisões tomadas por delegação considerar-se-ão adotadas tanto pelo delegado como por aquele que delegou.
- (E) é incabível no ato de delegação ressalvas de exercício da atividade delegada.
17. Nos termos da Lei nº 8.429/92, é ato de agente público que caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública:
- (A) realizar operação financeira sem a observância das normas legais.
- (B) permitir que terceiros enriqueçam ilicitamente.
- (C) ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei.
- (D) frustrar a licitude de concurso público.
- (E) conceder benefício administrativo sem a observância das formalidades legais.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

18. As competências originais e privativas para atuação estão estabelecidas no Regimento Interno do TRE/RR. Compete originalmente ao Tribunal
- (A) processar e julgar as ações de impugnação de mandato eletivo estadual.
- (B) fixar o dia e a hora das sessões ordinárias.
- (C) cumprir decisões do Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) aprovar as juntas eleitorais.
- (E) elaborar o regimento.
19. Segundo o Regimento Interno do TRE/RR, ocorrerá a prevenção exclusivamente se
- (A) reconhecida de ofício, arguida pela parte ou pelo Ministério Público.
- (B) reconhecida de ofício ou arguida pela parte.
- (C) reconhecida de ofício.
- (D) arguida pela parte.
- (E) arguida pela parte ou pelo Ministério Público.
20. Para uma determinada sessão de julgamentos foram pausados processos da seguinte natureza: *habeas corpus*; mandados de segurança; recursos administrativos; recursos eleitorais; ações penais. Nos termos do Regimento Interno do TRE/RR, os julgamentos desses feitos devem obedecer à seguinte ordem:
- (A) *habeas corpus*, mandados de segurança, ações penais, recursos eleitorais e recursos administrativos.
- (B) *habeas corpus*, mandados de segurança, recursos eleitorais, ações penais e recursos administrativos.
- (C) mandados de segurança, *habeas corpus*, ações penais, recursos administrativos e recursos eleitorais.
- (D) mandados de segurança, *habeas corpus*, recursos eleitorais, ações penais e recursos administrativos.
- (E) *habeas corpus*, mandados de segurança, ações penais, recursos administrativos e recursos eleitorais.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Relativamente à disciplina constitucional da situação do servidor público que exerça mandato eletivo, é INCORRETO afirmar:

- (A) Investido no cargo de Prefeito, o servidor será afastado do cargo, emprego ou função, ainda que haja compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) As regras aplicam-se, inclusive, aos servidores de fundações públicas.
- (C) O tempo de exercício do mandato eletivo será contado inclusive para fins de promoção por merecimento.
- (D) Investido no cargo de Vereador, poderá acumular as funções e as respectivas remunerações, desde que haja compatibilidade de horários.
- (E) As regras não se aplicam aos servidores de empresas públicas.

22. Nos termos da Constituição Federal, dentre os legitimados ativos à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, NÃO se encontra:

- (A) o Governador de Estado.
- (B) a Mesa da Assembleia Legislativa.
- (C) entidade de classe de âmbito nacional.
- (D) o Procurador-Geral de Justiça.
- (E) confederação sindical.

23. Em relação ao Superior Tribunal de Justiça, considere as seguintes afirmações:

- I. Em sua composição, é assegurada a participação de membros oriundos do Ministério Público e da Advocacia pelo sistema denominado quinto constitucional.
- II. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, originariamente, as ações penais por crimes comuns praticados por Desembargadores Federais e Estaduais e por membros dos Tribunais de Contas dos Municípios.
- III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar recurso especial interposto em face de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que denega ordem de *habeas corpus*.
- IV. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto a mencionado Tribunal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

24. Considere as afirmações abaixo.

- I. Os atos de improbidade administrativa prescrevem nos prazos previstos na lei respectiva, exceto quanto ao dever de reparação do dano decorrente que, segundo entendimento amplamente dominante do Superior Tribunal de Justiça, prescreve no prazo consignado pelo Código Civil.
- II. Nos termos da Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa sujeitam o agente ímprobo às sanções de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, perda dos valores indevidamente acrescidos a seu patrimônio e multa civil.
- III. O princípio da moralidade administrativa autoriza o Poder Judiciário a ingressar na análise do mérito do ato administrativo, para a aferição de eventual desvio de finalidade.
- IV. O princípio da legalidade veda ao gestor público a adoção de postura não prevista no ordenamento jurídico, ainda que esta lhe pareça socialmente a mais adequada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

25. Quanto à iniciativa legislativa em matéria de proteção ambiental, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que ela:

- (A) compete exclusivamente à União.
- (B) é concorrente entre a União e os Estados-membros, podendo o Município legislar acerca do tema apenas de modo suplementar, caso demonstre a existência de interesse local.
- (C) é concorrente entre a União, os Estados-membros e os Municípios.
- (D) é concorrente entre a União e os Estados-membros, vedando-se aos Municípios dispor acerca da matéria.
- (E) será da União, dos Estados-membros ou dos Municípios de acordo com a dimensão territorial do dano.

26. NÃO constitui função institucional do Ministério Público, de acordo com a Constituição Federal:

- (A) Intervir como fiscal da lei nas causas em que a União, suas Autarquias ou Empresas Públicas figurarem como autoras, réis, assistentes ou oponentes.
- (B) Mover a ação civil pública para o resguardo do sistema político vigente.
- (C) Mover a ação penal pública com exclusividade.
- (D) Exercer o controle externo da atividade policial.
- (E) Representar para fins de intervenção da União no Estado-membro.



Direito Eleitoral

27. De acordo com a Resolução TSE 21.538/2003, as decisões das duplicidades e pluralidades de inscrições, agrupadas ou não pelo batimento, inclusive quanto à inscrição de pessoas que estão com os direitos políticos suspensos, na esfera administrativa, caberá, no tocante às pluralidades, ao

- (A) Juiz da zona eleitoral quando envolverem inscrições efetuadas em uma mesma zona eleitoral.
- (B) Corregedor Regional Eleitoral, quando envolverem inscrições efetuadas entre zonas eleitorais de circunscrições diversas.
- (C) Corregedor Geral Eleitoral, quando envolverem inscrições efetuadas entre zonas eleitorais da mesma circunscrição.
- (D) Tribunal Regional Eleitoral, quando envolverem inscrições efetuadas entre zonas eleitorais de circunscrições diversas.
- (E) Tribunal Superior Eleitoral, quando envolverem inscrições efetuadas entre zonas eleitorais da mesma circunscrição.

28. Josué é chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência da República e Joselma é Presidente de empresa pública. Para candidatarem-se ao cargo de Presidente da República, deverão observar o prazo de desincompatibilização de

- (A) 3 meses e 6 meses, respectivamente.
- (B) 6 meses e 3 meses, respectivamente.
- (C) 6 meses.
- (D) 3 meses.
- (E) 4 meses e 3 meses, respectivamente.

29. A respeito da propaganda eleitoral em geral, é correto afirmar que

- (A) se consideram bens de uso comum, para fins eleitorais, dentre outros, as lojas, os cinemas e os centros comerciais de propriedade privada.
- (B) nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas é permitida a colocação de propaganda eleitoral, desde que não lhes cause dano.
- (C) a veiculação de propaganda em bens particulares pode ser realizada mediante pagamento do espaço destinado a essa finalidade.
- (D) a propaganda eleitoral através da distribuição de folhetos, volantes e outros impressos depende de autorização da Justiça Eleitoral.
- (E) nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério do Juiz Eleitoral competente.

30. Um candidato a Deputado Estadual foi ofendido por afirmação difamatória em órgão da imprensa escrita. Nesse caso,

- (A) deferido o pedido, a divulgação da resposta será feita em até o dobro do prazo entre veiculação da ofensa e a formulação do pedido de resposta.
- (B) o ofendido poderá pedir o direito de resposta à Justiça Eleitoral no prazo, contado da veiculação da ofensa, de 48 horas.
- (C) o ofendido poderá pedir o direito de resposta à Justiça Eleitoral no prazo, contado da veiculação da ofensa, de 24 horas.
- (D) deferido o pedido, a divulgação da resposta se dará, em regra, em 5 dias após a decisão.
- (E) o ofendido poderá pedir o direito de resposta à Justiça Eleitoral no prazo, contado da veiculação da ofensa, de 72 horas.

31. Quinze dias antes do pleito, a Justiça Eleitoral divulgará, pelo órgão competente, o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores, dele fornecendo cópia aos partidos políticos. Poderão, dentre outros, oferecer reclamações, em três dias contados da divulgação do quadro,

- (A) os partidos políticos, em número de dois, pelo menos.
- (B) qualquer eleitor, individualmente.
- (C) os candidatos, em número de três, pelo menos.
- (D) eleitores, em número de cinco, pelo menos.
- (E) eleitores, em número de vinte, pelo menos.

32. A respeito da filiação partidária, é INCORRETO afirmar que:

- (A) os partidos políticos podem estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos em lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.
- (B) só pode filiar-se a partido político o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.
- (C) a relação dos nomes de todos os filiados, incluindo data de filiação, número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos é assunto interno do partido, não sendo necessária a respectiva remessa à Justiça Eleitoral.
- (D) a expulsão do partido acarreta o imediato cancelamento da filiação partidária.
- (E) a perda dos direitos políticos acarreta o imediato cancelamento da filiação partidária.

33. A respeito da competência dos órgãos da Justiça Eleitoral, considere:

- I. Aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos dos juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- II. Processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juízes Eleitorais.
- III. Aprovar a divisão dos Estados em Zonas Eleitorais.

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral o indicado APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II.

34. A empresa Alpha realizou pesquisa de opinião pública relativa às eleições para conhecimento público. Nesse caso, é INCORRETO afirmar que, mediante requerimento à Justiça Eleitoral, os partidos poderão ter acesso

- (A) às planilhas individuais por meio de livre e aleatória escolha.
- (B) à identidade dos respondentes.
- (C) à identificação dos entrevistadores.
- (D) aos mapas por meio de livre e aleatória escolha.
- (E) ao sistema interno de controle da coleta de dados.

**Direito Administrativo**

35. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, existindo na praça mais de três possíveis interessados, a cada nova licitação na modalidade convite, realizada para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um determinado número de interessado(s), enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações. O número mínimo de interessados a que se refere o enunciado é de
- (A) seis.
(B) um.
(C) cinco.
(D) dois.
(E) três.
36. Paola, servidora pública estadual, praticou ato administrativo com vício em seu motivo (indicação de motivo falso). Carlos, particular interessado no aludido ato, ao constatar o vício, requereu a aplicação da teoria dos motivos determinantes, sendo seu pleito prontamente acolhido pela Administração pública. Nesse caso, o ato administrativo praticado por Paola
- (A) será nulo.
(B) poderá ser convalidado pelo mesmo ato administrativo.
(C) será válido, desde que corrigido integralmente o vício.
(D) poderá ser convalidado por outro ato administrativo.
(E) será válido, independentemente do vício narrado, haja vista o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.
37. Os órgãos públicos consultivos
- (A) são exemplos típicos de órgãos onde se exclui totalmente a interferência de órgãos superiores.
(B) estão excluídos da hierarquia administrativa para fins disciplinares.
(C) admitem a avocação de atribuições, porém não a delegação de atribuições.
(D) admitem a delegação de atribuições, porém não a avocação de atribuições.
(E) fogem à relação hierárquica no que diz respeito ao exercício de suas funções.
38. Henrique, servidor público e chefe de determinada repartição pública, publicou portaria na qual foram expedidas determinações especiais a seus subordinados. No que concerne à classificação dos atos administrativos, a portaria constitui ato administrativo
- (A) punitivo.
(B) normativo.
(C) enunciativo.
(D) ordinatório.
(E) negocial.

39. O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento ocorrido no ano de 2011, julgou inconstitucional lei que vedava a realização de processo seletivo para o recrutamento de estagiários por órgãos e entidades do Poder Público do Distrito Federal. O aludido julgamento consolidou fiel observância, dentre outros, ao princípio da

- (A) segurança jurídica.
(B) publicidade.
(C) presunção de legitimidade.
(D) motivação.
(E) impessoalidade.

40. O Estado de Roraima pretende contratar serviços de informática, a serem prestados por órgão que integra a Administração Pública, criado para esse fim específico. Nesse caso e nos termos da Lei nº 8.666/1993, a licitação é

- (A) obrigatória na modalidade pregão.
(B) inexigível.
(C) obrigatória na modalidade convite.
(D) dispensável.
(E) obrigatória na modalidade concorrência.

41. A empresa ABC, vencedora de importante pregão, fraudou na execução do contrato administrativo. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, referida empresa, sem prejuízo de outras sanções, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até

- (A) sete anos.
(B) dez anos.
(C) cinco anos.
(D) seis anos.
(E) oito anos.

Direito Civil

42. Prevê o Código Civil brasileiro a possibilidade de se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer esta medida o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta

- (A) ou colateral independentemente do grau.
(B) ou colateral até o quarto grau.
(C) independentemente do grau.
(D) ou colateral até o terceiro grau.
(E) ou colateral até o segundo grau.



<p>43. No tocante as pessoas jurídicas, considere:</p> <p>I. As organizações religiosas e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.</p> <p>II. O prazo decadencial para anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, é de dois anos a contar da publicação de sua inscrição no registro.</p> <p>III. Em regra, se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes. Neste caso, o prazo decadencial para anular as referidas decisões que violarem a lei ou estatuto é de dois anos.</p> <p>IV. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e II e IV.</p>	<p>46. Durante as eleições para Governador do Estado realizadas no ano de 2014, Simone, de 16 anos de idade, pegou escondido da família o carro de seu pai, João, para fazer propaganda com seus amigos de seu candidato preferido. Durante o percurso, Simone atropelou uma família matando um homem de cinquenta anos de idade ao invadir uma loja de alimentos. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, João</p> <p>(A) só responderá civilmente pelos atos praticados por sua filha se esta não possuir patrimônio pessoal.</p> <p>(B) responderá civilmente pelos atos praticados por sua filha e poderá reaver de Simone o valor total que pagar pelo ressarcimento do dano causado.</p> <p>(C) não responderá civilmente pelos atos praticados por sua filha uma vez que ela é relativamente incapaz.</p> <p>(D) responderá civilmente pelos atos praticados por sua filha mas não poderá reaver de Simone o que pagar pelo ressarcimento do dano causado.</p> <p>(E) responderá civilmente pelos atos praticados por sua filha e poderá reaver de Simone somente 50% do valor total que pagar pelo ressarcimento do dano causado.</p>
<p>44. Para pagamento de dívida advinda de compras realizadas na mercearia de Giovan, Mario obrigou-se a entregar ao seu credor trinta sacos de 10 Kg de coisa do gênero alimentício. Sua colheita será realizada no mês de Julho de 2015. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro,</p> <p>(A) Mario terá o prazo decadencial de quinze dias para cumprir a obrigação, contado do dia 01 de Agosto de 2015.</p> <p>(B) em regra, a escolha da coisa dada em pagamento é de Giovan.</p> <p>(C) a obrigação assumida afronta as normas civilistas.</p> <p>(D) Mario terá o prazo decadencial de cinco dias para cumprir a obrigação, contado do dia 01 de Agosto de 2015.</p> <p>(E) em regra, a escolha da coisa dada em pagamento é de Mario.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>47. Hortência ajuizou ação de cobrança em face de Roberval atribuindo à causa o valor de R\$ 120.000,00. Durante a tramitação processual, ficou comprovado que Roberval litigou de má-fé. Neste caso, Roberval poderá ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios e despesas efetuadas por Hortência, além de multa não excedente a</p> <p>(A) R\$ 1.200,00 e indenização à parte contrária que, na hipótese de arbitramento judicial não poderá ser superior a R\$ 24.000,00.</p> <p>(B) R\$ 2.400,00 e indenização à parte contrária que, na hipótese de arbitramento judicial não poderá ser superior a R\$ 12.000,00.</p> <p>(C) R\$ 2.400,00 e indenização à parte contrária que, na hipótese de arbitramento judicial não poderá ser superior a R\$ 36.000,00.</p> <p>(D) R\$ 1.200,00 e indenização à parte contrária que, na hipótese de arbitramento judicial não poderá ser superior a R\$ 36.000,00.</p> <p>(E) R\$ 2.400,00, não havendo previsão legal para arbitramento de indenização pelo magistrado.</p>
<p>45. No tocante à doação, considere:</p> <p>I. Na doação, a capacidade ativa ou capacidade para doar é um requisito subjetivo deste negócio jurídico.</p> <p>II. A doação possui natureza contratual e gera direitos pessoais.</p> <p>III. Em regra, nas doações para casamento com certa e determinada pessoa, o doador ficará sujeito à evicção.</p> <p>IV. A doação para entidade futura caducará se, em cinco anos, esta não estiver constituída regularmente.</p> <p>Esta correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>48. Timóteo, juiz de direito, possui uma família de juristas. Seu bisavô, Carlos, é advogado. Também são advogados seus primos, Nicolau, filho do seu tio Alvaro, e Gilberto, neto do seu tio Alberto. Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, Timóteo não poderá exercer suas funções de juiz no processo contencioso ou voluntário, quando estiver postulando como advogado da parte</p> <p>(A) Nicolau, apenas.</p> <p>(B) Carlos, Nicolau e Gilberto.</p> <p>(C) Carlos, apenas.</p> <p>(D) Carlos e Nicolau, apenas.</p> <p>(E) Nicolau e Gilberto, apenas.</p>



49. No processo "A" as partes pretendem requerer por livre e espontânea vontade a suspensão do feito. No Código de Processo Civil, a suspensão do processo por convecção das partes

- (A) não é prevista.
- (B) é permitida pelo prazo máximo de seis meses.
- (C) é proibida expressamente.
- (D) é permitida pelo prazo máximo de três meses.
- (E) é permitida pelo prazo máximo de trinta dias.

50. No tocante à competência territorial, considere:

- I. Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor. Se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta obrigatoriamente no foro do réu.
- II. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- III. Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.
- IV. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e II.

51. Gabriel é advogado recém-formado. No final do ano de 2014 ele fez carga de um processo que estava com prazo para manifestação. Após o recesso forense, Gabriel não devolveu os autos uma vez que os esqueceu em sua chácara na cidade de Caracarái. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil, se Gabriel for devidamente intimado para devolver os autos, terá o prazo de

- (A) 48 horas sob pena de incorrer em multa, correspondente a um salário mínimo vigente na sede do juízo.
- (B) 24 horas sob pena de incorrer em multa, correspondente a um salário mínimo vigente na sede do juízo.
- (C) 24 horas sob pena de perder o direito à vista fora de cartório e incorrer em multa, correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do juízo.
- (D) 48 horas sob pena de perder o direito à vista fora de cartório e incorrer em multa, correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do juízo.
- (E) 24 horas sob pena de perder o direito à vista fora de cartório e incorrer em multa, correspondente a dois salários mínimos vigentes na sede do juízo.

52. No tocante à citação considere:

- I. Comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.
- II. Em regra, não se fará a citação a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.
- III. Em regra, não se fará a citação aos noivos, nos três primeiros dias de bodas.
- IV. A citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, inclusive nas ações de estado.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

Direito Penal

53. Paulo é estudante de uma determinada faculdade do Estado de Roraima, cursando o primeiro semestre. No início deste ano de 2015 Paulo é submetido a um trote acadêmico violento e, amarrado, é obrigado a consumir à força bebida alcoólica e substância entorpecente. Após o trote, Paulo, completamente embriagado e incapacitado de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento por conta desta embriaguez e do uso de droga, desloca-se até uma Delegacia de Polícia da cidade de Boa Vista, onde tramita um inquérito contra ele por crime de lesão corporal dolosa decorrente de uma briga em uma casa noturna, e oferece R\$ 10.000,00 em dinheiro ao Delegado de Polícia para que este não dê prosseguimento às investigações. Paulo acaba preso em flagrante pela Autoridade Policial. No caso hipotético exposto, Paulo

- (A) praticou crime de concussão e terá a pena reduzida de um a dois terços no caso de condenação.
- (B) praticou crime de corrupção ativa e terá a pena reduzida de um a dois terços no caso de condenação.
- (C) é isento de pena pelo crime cometido nas dependências da Delegacia de Polícia.
- (D) praticou crime de corrupção ativa e não terá a pena reduzida no caso de condenação pela embriaguez.
- (E) praticou crime de concussão e não terá a pena reduzida no caso de condenação.



54. Analise as seguintes situações hipotéticas de funcionários públicos processados criminalmente e condenados pela Justiça Pública:

- I. Xisto, escrevente do Tribunal de Justiça de Roraima, foi condenado a cumprir pena de 02 anos de reclusão pelo crime de corrupção passiva, após receber dinheiro durante o seu trabalho regular para retardar o andamento de um determinado processo.
- II. Joaquim, analista judiciário do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, é preso em flagrante quando retornava de uma viagem de lazer para Miami, ao tentar importar mercadoria proibida, sendo condenado a cumprir pena de 03 anos de reclusão pelo crime de contrabando.
- III. Benício, funcionário da Prefeitura de Boa Vista, foi condenado a cumprir pena de 02 anos de reclusão pelo crime de peculato, após apropriar-se de dinheiro da municipalidade, que recebeu em razão do cargo que ocupa.
- IV. Cassio, funcionário público da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, é condenado a cumprir pena de 03 anos de reclusão, após praticar o crime do artigo 343, do Código Penal, na medida em que ofereceu dinheiro ao perito judicial nomeado em ação de indenização por danos materiais e morais que move contra José, responsável pelo acidente de trânsito que lhe causou lesões corporais gravíssimas, para que o *expert* elaborasse um laudo favorável.

Estarão sujeitos à perda do cargo público como efeito da condenação criminal, nos termos preconizados pelo Código Penal, mediante declaração motivada do Juiz na sentença:

- (A) Xisto e Benício.
- (B) Joaquim e Cassio.
- (C) Xisto, Joaquim e Benício.
- (D) Benício e Cassio.
- (E) Joaquim e Benício.

55. Rodolfo é processado criminalmente e condenado pela prática do crime de prevaricação, cometido no ano de 2013, a cumprir pena de detenção de 06 meses e ao pagamento de 10 dias-multa. A sentença transita em julgado para o Ministério Público e Defesa. Neste caso, a prescrição da pretensão punitiva estatal regula-se pela pena

- (A) máxima cominada ao crime, ou seja, 01 ano de detenção, verificando-se em 02 anos.
- (B) máxima cominada ao crime, ou seja, 01 ano de detenção, verificando-se em 04 anos.
- (C) aplicada, verificando-se em 04 anos.
- (D) aplicada, verificando-se em 03 anos.
- (E) aplicada, verificando-se em 02 anos.

56. Murilo, funcionário público, escrevente judiciário de um determinado Tribunal de Justiça brasileiro, no exercício regular de suas atividades junto ao Cartório de uma vara criminal, elabora um alvará de soltura falso em nome de Moisés, réu preso por ordem da Justiça por crime de homicídio, inclusive com falsificação da assinatura do Magistrado competente, encaminhando-o ao Centro de Detenção Provisória onde o réu Moisés encontra-se recolhido. Moisés não é colocado em liberdade, pois havia outro mandado de prisão expedido em seu desfavor em decorrência de outro delito por ele cometido. Neste caso, Murilo cometeu crime de

- (A) falsificação de documento público consumado e terá sua pena aumentada da sexta parte por ser funcionário público e ter cometido o crime prevalecendo-se do cargo.
- (B) falsificação de documento público tentado, uma vez que Moisés não foi colocado em liberdade, não produzindo o resultado final pretendido pelo agente, sem qualquer majoração da pena privativa de liberdade pelo fato de ser funcionário público.
- (C) falsidade ideológica consumada, com a pena aumentada da terça parte pelo fato de ser funcionário público e ter cometido o crime prevalecendo-se do cargo.
- (D) falsidade ideológica tentada, sem qualquer majoração da pena privativa de liberdade por ser funcionário público.
- (E) falsificação de documento público tentado, uma vez que Moisés não foi colocado em liberdade, não produzindo o resultado final pretendido pelo agente, com a pena majorada da sexta parte em razão de ser funcionário público e ter cometido o crime prevalecendo-se do cargo.

Direito Processual Penal

57. Sobre os Juizados Especiais Criminais, é INCORRETO:

- (A) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- (B) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por turma recursal de juizado especial criminal.
- (C) Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.
- (D) No procedimento Sumaríssimo, nos termos da Lei nº 9.099/1995, para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 da referida lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
- (E) Da sentença que homologa a transação penal, com acolhimento da proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, ensejando a aplicação da pena restritiva de direitos ou multa, não caberá qualquer recurso.



58. Josué está sendo processado como incurso nas sanções do artigo 155, do Código Penal (crime de furto). No curso do processo, durante a audiência de instrução, o Magistrado que preside o feito deixa de ouvir as testemunhas e extingue a punibilidade do réu, reconhecendo a prescrição da pretensão punitiva estatal. Neste caso, inconformado com o julgamento, o Ministério Público poderá interpor recurso
- (A) em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
 - (B) de apelação, no prazo de cinco dias.
 - (C) de apelação, no prazo de dez dias.
 - (D) em sentido estrito, no prazo de dez dias.
 - (E) de apelação, no prazo de quinze dias.

59. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Paulo é regularmente processado e condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, quando do julgamento do recurso de apelação que manteve a sentença de primeiro grau, ao pagamento de 20 dias-multa, no valor unitário mínimo, como incurso no crime do artigo 331, do Código Penal (desacato). Inconformado, Paulo através de seu advogado, interpôs *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, sustentando que estaria na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir.
- II. Moisés foi regularmente processado e condenado pela Justiça Pública do Estado do Maranhão a cumprir pena de 03 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, após cometer crime de excesso de exação. Após cumprir a pena privativa de liberdade aplicada, Moisés tem a sua punibilidade extinta por decisão do Juiz da Vara de Execução Penal. Pretendendo discutir o mérito da causa e a sua prisão irregular, Moisés, através de seu advogado, interpôs *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça.
- III. O Delegado de Polícia titular de um determinado Distrito Policial da cidade de São Paulo/SP instaura um Inquérito Policial contra Augusto, imputando-lhe a prática de crime de corrupção passiva. Inconformado, Augusto, através de seu advogado ingressa com *habeas corpus* que é distribuído para a Primeira Vara Criminal da Comarca de São Paulo, Capital, que indefere a liminar e autoriza o prosseguimento das investigações. Encerradas as investigações, o Inquérito Policial é distribuído para a Segunda Vara Criminal da Comarca de São Paulo, Capital, e o Ministério Público denuncia Augusto pelo crime de estelionato, denúncia esta recebida pelo Magistrado. Novamente inconformado e sustentando estarem presentes os requisitos legais, cessada a competência do Juiz da Primeira Vara Criminal da comarca de São Paulo, Capital, onde o *habeas corpus* originalmente interposto aguardava julgamento, Augusto interpôs, através de seu advogado, *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça de São Paulo com o escopo de trancar a ação penal.

De acordo com o Código de Processo Penal e com entendimento Sumulado dos Tribunais Superiores, agiu corretamente o advogado do réu APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

60. Analise a seguinte situação hipotética: Agapito é funcionário público do Estado de Roraima, exercendo suas atividades na Secretaria da Saúde, com sede na cidade de Boa Vista. No exercício do seu cargo, Agapito, agindo em manifesta continuidade delitiva, com o mesmo *modus operandi*, durante aproximadamente seis meses e nas cidades de Boa Vista, Rorainópolis, Alto Alegre e Caracáí, todas do Estado de Roraima, desvia em proveito próprio e de sua esposa, diversos bens de que tinha a posse em razão do cargo que ocupa. Agapito iniciou sua prática criminosa na cidade de Boa Vista e praticou o último ato na cidade de Caracáí. No mesmo dia, pouco tempo depois da prática do último ato criminoso, Agapito foi preso em flagrante por crime de peculato, quando retornava para a cidade de Boa Vista, em uma Rodovia, na cidade de Mucajáí. No caso proposto, a competência para julgamento da ação penal

- (A) será do juízo da comarca de Boa Vista, onde o funcionário público praticou o primeiro ato criminoso.
- (B) firmar-se á pela prevenção, uma vez que todos os juízos das comarcas de Boa Vista, Rorainópolis, Alto Alegre e Caracáí, onde o réu praticou atos criminosos, são competentes para julgamento da ação penal.
- (C) será do juízo da comarca de Caracáí, onde o funcionário público praticou o último ato criminoso.
- (D) regular-se-á pelo domicílio do réu, uma vez que ele praticou o crime em diversas comarcas do Estado de Roraima.
- (E) será do juízo da comarca de Mucajáí, local da prisão em flagrante do réu.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo 9, itens:

“9.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que:

- a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
 - b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado;
 - c) for assinada fora do local apropriado;
 - d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
 - e) estiver em branco;
 - f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- 9.6 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação pela banca examinadora.
- 9.7 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.
- 9.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.”

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.

I

O termo latino "ars" (arte) implica o sentido de "imaginar, inventar", além do de "acomodar, adaptar". Arte e ofício manual coincidem em que ambos produzem uma obra sensorialmente perceptível. Contudo, o ofício manual tem em mira o utilizável, o proveitoso, ao passo que a arte se aplica ao belo. O artista é um vidente, é um criador capaz de expressar na obra sua própria visão: intuir e criar são nele uma só coisa.

(BRUGGER, Walter. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Herder, 2. ed, 1969, p. 58)

II

O que me parece muito sério é que, depois de mortos, quando já deixaram de ser amáveis ou irritáveis, simpáticos, ou antipáticos, e apenas são o que realizaram menos em si do que fora de si, na paisagem do espírito, os artistas se afirmam totalmente, purificados e indestrutíveis. A morte não tem nada com os artistas. Eles não são essas pessoas que vemos. São como seres sobrenaturais ... Mas o seu trabalho? Como pode morrer o que é imortal?

(MEIRELES, Cecília. **O que se diz e o que se entende**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 145)

III

Houve época em que se fazia "arte pela arte", como também já se entendeu a arte como meio para se alcançar certo objetivo, e não como um fim em si mesma.

Com base nos excertos transcritos, redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se a respeito da seguinte proposta:

A criação artística entre representação e intervenção cultural



DISCURSIVA – REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCOUNHO